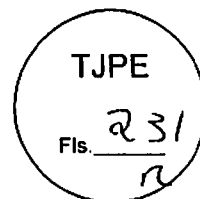




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 63281-5 - 4ª VARA CÍVEL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A; RINALDO MEIRA LINS e THEREZINHA
RIBEIRO DE MEIRA LINS

APELADOS: OS MESMOS

5501

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. REJEITADA PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA PENHORA. EXECUÇÃO EM ANDAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OBSTÁCULO AO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. ACOLHIDA A PRELIMINAR DE DESERÇÃO DA APELAÇÃO CUJAS CUSTAS NÃO FORAM RECOLHIDAS NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO. MAIORIA DE VOTOS. MÉRITO. JUROS REMUNERATÓRIOS LIMITADOS A 12% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO PERMITIDA. PREVISÃO DE TAXA SUPERIOR EM CASO DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA REFERENCIAL. APLICABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

- No presente caso, a alegação da constrição parcial não impede o exame dos embargos do devedor. Precedentes do STJ;

- O não recolhimento das custas dentro do prazo para apelar torna o recurso deserto, impossibilitando seu conhecimento. Inteligência do art. 511 do CPC;

- As cédulas de crédito rural submetem-se à limitação dos juros remuneratórios, na linha jurisprudencial do STJ, porquanto o artigo 5º do Decreto-Lei nº 167/67 diz que as importâncias "vencerão juros às taxas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional". Afasta-se, na espécie, a aplicação da Súmula 596 do STF;

186

18M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

187

- À míngua de deliberação do CMN, incide o limite da Lei de Usura, *in casu*, 12% ao ano;
- Não há ilegalidade na correção monetária com base no índice fixado para corrigir a poupança, bem como na aplicação da TR, consoante Súmula 295 do STJ;
- Por maioria de votos, não foi conhecido do Apelo dos Recorrentes/Embargantes;
- Unanimemente improvido o recurso do Embargado.

A C Ó R D ã O

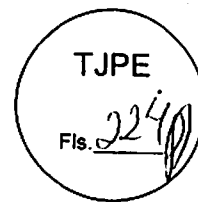
Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, à unanimidade, em **REJEITAR A PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA PENHORA; ACOLHENDO, POR MAIORIA DE VOTOS, A PRELIMINAR DE DESERÇÃO** para não conhecer do recurso interposto por Rinaldo Meira Lins e Therezinha Ribeiro de Meira Lins e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO DO BRASIL**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, 16 de novembro de 2009.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 63281-5 - 4ª VARA CÍVEL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A; RINALDO MEIRA LINS e THEREZINHA
RIBEIRO DE MEIRA LINS
APELADOS: OS MESMOS

R E L A T Ó R I O

RINALDO MEIRA LINS e THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS ingressaram com embargos à execução de débito documentado em duas Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias, insurgindo-se contra:

.....

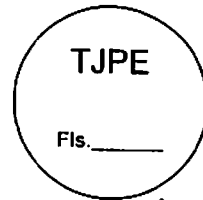
1. A cobrança de juros remuneratórios acima de 12% ao ano;
2. Os juros remuneratórios previstos para o período de inadimplência, em valor superior aos aplicados na normalidade, quando o Decreto-lei 167/67 apenas permitiria, em caso de mora, a elevação do percentual em 1% ao ano;
3. A capitalização dos juros remuneratórios mensalmente, pois não teria havido pacto expresse a respeito;
4. A correção monetária com base no índice fixado para corrigir a poupança, em virtude desta estar atrelada à TR, e tendo em vista que o STF, em 25/06/1992, na ADIN 493-DF, rejeitou este índice como correção monetária, porque ele não mede a inflação, mas sim exprime o custo da captação de dinheiro (fl. 18). Como à época não existia outro índice previsto em lei, a dívida exequenda não pode sofrer correção monetária a partir da emissão das Cédulas, em maio de 1992, até 01/07/1994, quando a lei 8880/94 instituiu o IPCr.

.....

08M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



O BANCO DO BRASIL, na impugnação (fls 82-96), levantou preliminar relativa à segurança do juízo e, no mérito, reportou-se às súmulas 16 e 93 do STJ e 596 do STF¹, sustentando estar superada na jurisprudência a tese da limitação dos juros em 12% ao ano e invocando o *pacta sunt servanda*. Argumentou que a isenção da correção monetária implica enriquecimento sem causa, pois a correção nada agrega ao principal, e o Banco, como instituição creditícia, deve ter o capital adequadamente remunerado na forma avençada (fl. 69).

Além disso, o STF, ao julgar a ADIN 493-DF, examinou a aplicação da TR nas operações do Sistema Financeiro de Habitação, sem questionar a sua utilização para atualizar os ativos financeiros em geral.

A sentença (fls 113-117) julgou os Embargos parcialmente procedentes, limitando os juros remuneratórios a 12% ao ano, mas mantendo a correção monetária conforme estipulado nas cédulas de crédito.

Ambas as partes apelaram.

Os Embargantes reiteram o pleito relativo à não incidência da correção monetária (fls 129-154). O Embargado (fls. 119-126), a preliminar de insuficiência da penhora e a legalidade dos juros acima de 12% ao ano, sustentando a possibilidade de capitalização.

É o relatório, no essencial.

À douta revisão.

Recife,

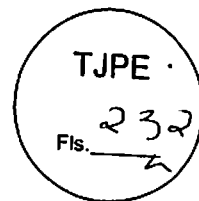
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹Súm. 16 STJ: *A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária.*
Súm. 93 STJ: *A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros.*
Súm 596 STF: *As disposições do decreto 22626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional.*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Salvador do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 63281-5 - 4ª VARA CÍVEL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A; RINALDO MEIRA LINS E THEREZINHA
APELADOS: RIBEIRO DE MEIRA LINS
OS MESMOS

V O T O

PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA PENHORA PARA A SEGURANÇA DO JUÍZO

O BANCO DO BRASIL sustenta a insuficiência da penhora realizada sobre imóvel de propriedade dos Embargantes, pois o título exequendo prevê como garantia, além da hipoteca, o penhor de 11.000 (onze mil) toneladas de cana-de-açúcar, o qual restou frustrado.

Inclino-me, no presente caso, ao entendimento segundo o qual a alegação da constrição parcial não impede o exame dos embargos do devedor, mesmo porque, ao dar seguimento à execução, o juízo a quo procederá à avaliação do bem penhorado, quando "poderá mandar o juiz, a requerimento do interessado e ouvida a parte contrária, ampliar a penhora, ou transferi-la para outros bens mais valiosos, se o valor dos penhorados for inferior ao referido crédito", nos exatos termos do art. 685, II, do CPC.

Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

.....
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA INSUFICIENTE.
ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que, a despeito do valor do bem penhorado, considera-se segurado o juízo, possibilitando, assim, a admissibilidade dos embargos à execução, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

191

2. Recurso especial não-conhecido. (REsp 899.457/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008)

.....

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA INSUFICIENTE. EXTINÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE.

1. A insuficiência da penhora não pode condicionar a admissibilidade dos embargos do devedor.
2. Não exige a lei que a segurança da execução seja total ou completa.
3. Recurso especial improvido." (REsp n. 392.741/PR, relator Ministro José Delgado, DJ de 2.9.2002.)

.....

Acrescente-se que, com a lei 11.382/2006, o Código de Processo Civil deixou de exigir a segurança do juízo para a interposição dos Embargos do Devedor, ao tempo em que extinguiu o seu efeito (em regra) suspensivo, e assim seria desarrazoada a determinação, a esta altura, de reforço da penhora.²

Portanto, na esteira dos precedentes do C. STJ, interpreto a antiga redação do art. 737¹, a qual exigia a segurança do juízo para interposição dos embargos, com atenção ao princípio da instrumentalidade do processo, concluindo, no presente caso, haver segurança suficiente ao prosseguimento do feito. Nestes termos **REJEITO A PRELIMINAR** em exame.

É como voto.

Recife, 16.11.07

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator

² Art. 736. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.

§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes

¹ Art. 737. Não são admissíveis embargos do devedor antes de seguro o juízo: (...)

2 /



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

256

192

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0063.281-5 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A; RINALDO MEIRA LINS e THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS

APELADOS: OS MESMOS

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. REVISOR

1ª Preliminar: Da Deserção.

A instituição financeira, em suas contrarrazões recursais (fls. 189/191), pleiteia pela deserção da apelação interposta por Rinaldo Meira Lins e sua esposa, segundos apelantes, haja vista que foi protocolizada no dia 19/04/2000 e apenas recolhido o devido preparo em 24/04/2000.

É cediço que o preparo consiste no pagamento das custas e emolumentos, o qual acaso não seja recolhido e comprovado no ato da interposição do recurso, deverá ser declarada sua deserção, conforme estabelece o Art. 511, do CPC¹, razão por que em assim não o fazendo dar-se-á a preclusão consumativa.

Analisando os autos, observa-se que a apelação em questão, foi, de fato, protocolizada no dia 19/04/2000, conforme se verifica às fls. 129 e 185, através do carimbo do PROGEFORO da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, **configurando-se a interposição do apelo sem a demonstração do devido preparo, segundo exige o dispositivo legal supra mencionado.**

Inclusive, os apelantes, o Sr. Rinaldo Meira Lins e sua esposa, apresentaram aos autos a guia de recolhimento das custas, com pagamento efetivado em 24/04/2000, ou seja, em momento posterior a interposição do recurso, razão por que, ao meu ver, não restou satisfeita a análise quanto à admissibilidade, tido, o presente recurso, como deserto.

Outro não é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PREPARO. PORTE DE REMESSA E RETORNO. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 511 DO CPC. INOBSERVÂNCIA. DESERÇÃO. 1. A comprovação do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC sob pena de preclusão,

¹ Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

6



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

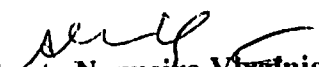
234
L
193

não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal. 2. A alegação de que, "...no momento da realização do protocolo, um dos funcionários desta E. Corte, recebeu a peça recursal, no entanto, informou ao estagiário, que estava realizando o protocolo, que não era necessário o acompanhamento do DARF...", dissociada de qualquer comprovação, não tem o condão de afastar a exigência legal, vez que compete à parte fiscalizar e diligenciar para que o recurso atenda a todos os pressupostos de admissibilidade. 3. Recurso ordinário não conhecido. (RMS 17.439/MT, STJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. em 16/12/2004, DJ 09/05/2005 p. 317, sem grifos no original).

Pelas razões aduzidas, **ACOLHO** a preliminar de deserção, com arrimo no Art. 511, do CPC.

É como voto.

Recife, 16 de // de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

233
h

194

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0063.281-5 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A; RINALDO MEIRA LINS e THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS

APELADOS: OS MESMOS

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. REVISOR

2ª Preliminar: Da insuficiência da Penhora para Segurança do Juízo.

O Banco do Brasil S/A, primeiro apelante, afirma, em suas razões recursais (fls. 118/126) e a título de preliminar, que não poderia ter sido conhecido o presente embargo, eis que a penhora efetivada em garantia do juízo foi insuficiente, haja vista que o devedor teria indicado um imóvel e 11.000 (onze mil) toneladas de cana de açúcar, esta última não sendo localizada.

Analisando os autos, cuido que não lhe assiste razão.

Ao meu entender, efetivada a constrição parcial, a lei de regência não impede o prosseguimento dos embargos, eis que existe a possibilidade de reforço da penhora.

Ademais, o imóvel penhorado foi o mesmo dado em garantia nas Cédulas Rurais contratadas, conforme afirmado pelos segundos apelantes (fl. 85) e não impugnado pela instituição financeira.

Desse modo, ao meu ver, apenas poderia ser caracterizada a insuficiência da penhora acaso, após a alienação do bem, seu produto não bastasse para o pagamento do débito.

Tenho que ficaria desajustado o equilíbrio entre as partes litigantes e constituiria injusto favorecimento ao exequente se impedido o devedor de oferecer embargos em sua defesa, razão por que havendo a penhora, viabilizam-se os embargos, decorrentes da garantia efetivada.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que a insuficiência da penhora não obsta a admissibilidade dos embargos do devedor, senão vejamos:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DEVEDOR.
ADMISSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA DE PENHORA.
PRECEDENTES. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. FLEXIBILIZAÇÃO. 1.
Admite-se a flexibilização das exigências regimentais quando
evidenciada a notoriedade da divergência no entendimento da legislação
federal. Precedentes do STJ. 2. A insuficiência da penhora não é causa
de rejeição liminar dos embargos de devedor. Precedentes das Turmas
de Direito Público. 3. Recurso especial provido. (REsp 1079594/MG,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/12/2008, DJe 27/02/2009)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. PENHORA INSUFICIENTE. ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS. 1. A insuficiência da penhora não pode condicionar a admissibilidade dos embargos do devedor, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório. 2. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido. (REsp 625.921/CE, Rel. Min. João Otávio Noronha, 2ª Turma, julg. 24/10/2006, DJ 05/12/2006 p. 254, sem grifos no original).


Nesse passo, ainda que a totalidade dos bens oferecidos em garantia não tenham sido penhorados, tenho que restou assegurado o juízo, atendido, pois, o pressuposto presente no Art. 737, vigente à época, em defesa ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Ademais, a Lei nº 11.382, de 07/12/06, trouxe mudanças significativas para as execuções de títulos extrajudiciais, destacando-se a alteração promovida no Art. 736 do CPC², cuja nova redação prevê a oposição de embargos pelo devedor, independentemente de garantia à execução, ou seja, sem a realização de penhora, depósito ou caução.

Por todo o exposto, **REJEITO** a preliminar de insuficiência de penhora para segurança do juízo.

É como voto.

Recife, 6 de 11 de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor

² Art. 736. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

235
196

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E RELATOR)

A Turma está em harmonia, peço o voto do nobre vogal.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Tenho o mesmo entendimento.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA PENHORA PARA SEGURANÇA DO JUÍZO".

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO (REVISOR)

Des. Cândido, pediria licença a V. Exa., em razão de V. Exa. examinar o Mérito, porque observo que V. Exa. pode não ter se apercebido e consultaria, detectei nas contra-razões recursais, às fls. 189/191, um pleito do banco de Deserção da Apelação interposta por Rinaldo Meira Lins e sua esposa.

Segundo os apelantes, haja vista que foi protocolizado no dia 19/04/2000 a apelação e apenas recolhido o devido preparo em 24/04/2000.

Trago uma fundamentação e consulto V. Exa. se posso.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E RELATOR)

Com toda certeza, realmente não encontrei esta preliminar de Deserção, peço que V. Exa. ...(interrompido)

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO (REVISOR)

Então trago uma fundamentação porque acolho essa preliminar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

2.3

197

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E RELATOR)

Inicialmente registro a acuidade do eminente Des. Revisor que detectou uma preliminar que eu não havia observado, e S. Exa. conclui pelo acolhimento da preliminar de Deserção por conta do preparo ter sido realizado após a protocolização do recurso.

Efetivamente incorporo a arguição da preliminar como da minha lavra fora, todavia não acolherei o entendimento do nobre Revisor, na medida em que se o recurso foi preparado logo em seguida, vejo que do dia 19 para o dia 24 foram poucos dias, e teria também que examinar a questão acerca do termo final do prazo para interposição do recurso.

Não ajo dessa forma porque entendo que devo não me ater a um formalismo exacerbado no tocante a questões desta natureza. A parte interpôs o recurso atempadamente, e efetivamente pode ter havido alguma dificuldade no tocante ao recolhimento das custas, que foram ao final recolhidas. Não me sinto confortável em agir com esse rigorismo para apreciação de matéria dessa natureza.

De modo que peço todas as vênias ao nobre Revisor, registrando a sua acuidade e brilhante percepção dos fatos, mas dele divirjo apenas para desacolher a preliminar de Deserção, porque o recurso foi efetivamente interposto, não vi nenhuma preliminar de intempestividade, a questão é meramente no tocante ao recolhimento das custas. E peço todas as vênias para desacolher a preliminar de Deserção, é como voto.

A Turma está em desarmonia, o que não é normal nesse órgão fracionário, e peço o voto do nobre vogal.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

As custas foram recolhidas dentro do prazo recursal?

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Eu entendo que sim, não tenho todos esses fatos diante da impossibilidade dessa averiguação, de qualquer forma é até irrelevante...(interrompido)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

239.

h

198

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO (REVISOR)

Porque veja bem, pela data, Des. Cândido, ele interpôs no dia 19, às fls. 129, através do carimbo do PROGEFORO, configurando a interposição, a demonstração do preparo.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E RELATOR)

Pela análise o recolhimento das custas teria sido posterior ao termo inicial no prazo recursal.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Com essa informação peço vênias ao eminente Relator e acompanho o Revisor pela Deserção da peça recursal.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI ACOLHIDA A PRELIMINAR DE DESERÇÃO INTERPOSTA POR RINALDO MEIRA LINS E THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS".

ME



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Alencar

TJPE

Fis. 240

199

MÉRITO

Em relação aos juros remuneratórios, é uníssono o entendimento do Col. STJ no sentido de que estão de fato limitados a 12% ao ano, não por incidência do antigo §3º do art. 192 da Constituição Federal, mas em decorrência da legislação específica sobre cédulas de crédito rural, senão vejamos:

.....
COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL
PIGNORATÍCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. CDC. APLICABILIDADE.
SÚMULA N. 297-STJ. JUROS. LIMITAÇÃO (12% AA). AUSÊNCIA DE
FIXAÇÃO PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. LEI DE USURA (DECRETO
N.

22.626/33). INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. .

I Omissis.

III. Ao Conselho Monetário Nacional, segundo o art. 5º do Decreto-lei n. 167/67, compete a fixação das taxas de juros aplicáveis aos títulos de crédito rural. Omitindo-se o órgão no desempenho de tal mister, torna-se aplicável a regra geral do art. 1º, caput, da Lei de Usura, que veda a cobrança de juros em percentual superior ao dobro da taxa legal (12% ao ano), afastada a incidência da Súmula n. 596 do C. STF, porquanto se dirige à Lei n. 4.595/64, ultrapassada, no particular, pelo diploma legal mais moderno e específico, de 1967. Precedentes do STJ.

IV. Não extrapola os limites da lide a conclusão de que a ausência de prova da autorização para livre contratação dos juros, concedida pelo Conselho Monetário Nacional, não permite a fixação das taxas além do teto que estabelece. Precedentes.

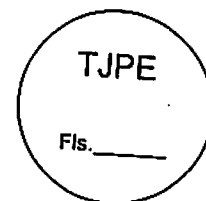
V. Agravo improvido.

(AgRg no Resp 841.437/PB, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 10/12/2007 p. 378)

.....
Cooperativa mista. Nota de crédito rural. Desvio de finalidade.
Integralização das cotas sociais. Juros. Embargos de declaração.
Cerceamento de defesa. Precedentes.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Azevedo



200

Omissis

3. Os juros remuneratórios, em se tratando de crédito rural, na linha da jurisprudência da Corte, não podem exceder a 12% ao ano.

4. Recurso especial conhecido e provido, em parte.
(Resp 367.182/PR, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2002, DJ 10/03/2003 p. 187)

.....

A interpretação dada pelo STJ conclui que a Súmula 596 do STF tem o sentido atrelado à lei n.º 4.595/64, a qual incumbiu ao Conselho Monetário Nacional limitar, apenas quando necessário, as taxas de juros relativas a operações e serviços bancários ou financiamentos (art. 4º, inciso IX).

Por sua vez, o artigo 5º do Decreto-Lei nº 167/67, que regula as cédulas de crédito rural, portanto específico e posterior à lei 4595/64, prescreve que "as importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros às taxas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional". O texto revela não mais uma faculdade, mas a obrigatoriedade da existência de um limite dos juros remuneratórios.

À míngua de deliberação do CMN, incide o percentual constante do art. 1º da "lei de usura", no presente caso, 12% ao ano.

De outro lado, é possível a capitalização dos juros, mesmo porque o art. 5º do Decreto-lei 167/67 permite expressamente ao financiador "nas datas previstas, capitalizar tais encargos na conta vinculada a operação".

Este entendimento é pacífico no STJ e objeto de súmula:

.....

Súm 93 STJ: a legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros".

.....

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA



Podor Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lameira de Moraes

TJPE
Fls. 241
201

93/STJ. CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 05 E 07/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental em face dos princípios da fungibilidade recursal e da economia processual.

2. As cédulas de crédito rural, comercial e industrial admitem a capitalização dos juros em periodicidade mensal, quando pactuada (inteligência da Súmula 93/STJ). Sucumbência recíproca.

3. Agravo regimental desprovido.

(EDcl no RESp 1025064/PR, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2009, DJe 25/05/2009)

.....

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO REVISIONAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I - Admite-se a capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial.

II - Em ação revisional de contrato, os honorários advocatícios devem ser definidos segundo o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, ou seja, consoante apreciação equitativa do juiz, e não de acordo com o valor da condenação.

Agravo improvido.

(AgRg no RESp 839958/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2008, DJe 03/06/2008)

.....

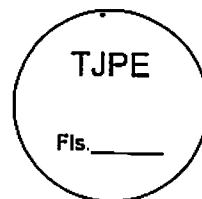
No presente caso, a primeira cédula exeqüenda (fl 03) prevê a incidência de 12,5% aa, correspondentes a 13,242% efetivos aa, na parcela do financiamento referente a "tratos culturais/insumos"; e 18,20%, correspondentes a 19,798% efetivos aa, na parcela relativa a "renovação/insumos". A segunda cédula (fl 03), "juros à taxa de 18,20% ao ano, correspondentes a 19,798% efetivos ao ano".

Ora, se os títulos mencionam os juros nominais e os juros "efetivos", sendo estes em valor superior, cuido estar permitida, pelo contrato, a capitalização.

7



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Cabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



202

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** à apelação do BANCO DO BRASIL, mantendo a sentença quanto à limitação das taxas de juros remuneratórios a 12% ao ano.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

242
h
203

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0063281-5 JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
APELANTES: BANCO DO BRASIL S/A ; RINALDO MEIRA LINS E
THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS
APELADOS: OS MESMOS
RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. REVISOR

MÉRITO

Primeiramente, reitero que por acolher a preliminar de deserção da apelação de Rinaldo Meira Lins e Therezinha Ribeiro de Meira Lins, argüida pela instituição financeira, deixo de apreciar citado recurso, detendo-me, unicamente, à análise das questões levantadas pelo Banco do Brasil S/A.

Trata-se de recurso de apelação (fls. 118/126) interposto em face de sentença de fls. 113/117, proferida pelo MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, que, nos autos dos Embargos de Execução, julgou parcialmente procedentes os pedidos, determinando que fosse calculada a dívida com base nos valores principais, convertendo-a à moeda atual, por meio da correção monetária através do índice que corrige a caderneta de poupança, mais a incidência de 1% (um por cento), juros remuneratórios de 12% (doze por cento) e multa de 10% (dez por cento), por determinação do Art. 71, do Dec-lei 167/67, a partir da data da mora.

A lide tem origem na discordância em relação aos encargos financeiros incidentes sobre as Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias nº 92/00047-9 e 92/00070-3 firmadas entre as partes, Banco do Brasil S/A, ora apelante, e Rinaldo Meira Lins junto com sua esposa, Therezinha Ribeiro de Meria Lins.

O banco recorrente afirma não ter sido observado o princípio do *pacta sunt servanda*, devendo ser mantidas as condições estabelecidas expressamente no contrato, não havendo a limitação de 12% (doze por cento) aos juros remuneratórios incidentes.

Pois bem.

A questão trazida a cotejo já foi repetidamente analisada pela jurisprudência pátria, de modo que entendo não deva ser a sentença monocrática reformada.

Quanto ao princípio do *pacta sunt servanda*, mesmo que revestido o contrato de aparente legalidade, mostra-se perfeitamente viável a revisão de cláusulas contratuais supostamente ilegais ou abusivas, por mitigação do citado princípio, a fim de evitar a onerosidade excessiva.

AS

17



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

243
Joh

Não se trata de negar vigência à força obrigatória dos contratos, fazendo lei entre as partes, porque então negada a própria essência do contrato como fonte de obrigações, mas tão-somente de afastar sua incidência em relação a cláusulas abusivas, assim entendidas aquelas que dêem origem a uma situação de desequilíbrio entre as partes, sendo, aliás, estipulações dessa espécie, o mais das vezes, nada mais são do que a própria expressão do desequilíbrio econômico entre os contratantes.

Fundado o pedido na transgressão do equilíbrio, possível, em tese, o reexame do contrato.

No que tange a possibilidade de pactuação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano em contratos bancários, antes um tema bastante controvertido em nossos tribunais, encontra-se atualmente pacificado, nos termos da Súmula 648, do STF, *in verbis*:

Súmula 648. A norma do §3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

Como a lei complementar supramencionada jamais foi editada, não se há falar na ilegalidade de aplicação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano em contratos bancários, mormente quando se tem em conta que o Supremo Tribunal Federal já decidira e sumulara (Súmula 596³) que as disposições do Decreto nº 22.626/33 (Lei da Usura) não incidiam sobre as operações realizadas por instituições financeiras.

Deste modo, tem-se por abusivos, tão somente, os juros que se mostrarem em disparidade com o usualmente praticado no mercado na modalidade contratual realizada.

Entretanto, diverso é o entendimento quando se tratar de dívida oriunda de cédula de crédito comercial, industrial ou rural, eis que, nestes casos, a legislação específica para dirimir controvérsias é a Lei nº 6840/80 c/c Decreto-Lei nº 413/69, ressaltando que este último, em seu Art. 5º⁴, prevê a competência do Conselho Monetário Nacional – CMN para fixar as taxas de juros aplicáveis aos títulos.

Destarte, como o CMN não se pronunciou sobre a referida taxa de juros, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido pela limitação ao patamar de 12% (doze por cento) ao ano, conforme Art. 1º do Decreto-Lei nº 22.626/33, consoante teor dos arestos abaixo colacionados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CARÁTER INFRINGENTE -
RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL -
FUNGIBILIDADE RECURSAL - POSSIBILIDADE - AÇÃO

³ 596. As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas e privadas que integram o sistema financeiro nacional.

⁴ Art. 5º. As importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros e poderão sofrer correção monetária às taxas e aos índices que o Conselho Monetário Nacional fixar, calculados sobre os saldos devedores da conta vinculada à operação, e serão exigíveis em 30 de Junho, 31 de Dezembro, no vencimento, ou, também, em outras datas convencionadas no título ou admitidas pelo referido Conselho.

AS

18



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

244

205

REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS EM 12% AO ANO - ADMISSIBILIDADE - MULTA MORATÓRIA - REDUÇÃO PARA 2% NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 9.296/96 - POSSIBILIDADE, IN CASU - ART. 4º DA LEI N. 10.200/2001 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS NS. 282 E 356 DA SÚMULA/STF - AGRAVO IMPROVIDO.(EDcl no Ag 1112582/RS, STJ, Rel. Min. Massami Uyeda, 3ª Turma, jul. em 02/06/2009, DJe 12/06/2009, sem grifos no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO. 12% A.A. - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - ILEGALIDADE - AGRAVO IMPROVIDO I - No tocante à limitação da taxa de juros, conquanto na regência da Lei n.º 4.595/64 não estejam os juros bancários limitados a 12% ao ano, as notas de crédito rural, comercial e industrial acham-se submetidas a regramento próprio (Lei n.º 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69) que conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados. Diante da omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n.º 22.626/33 (Lei da Usura).II - Nos casos de cédulas de crédito rural, industrial e comercial, não se admite a incidência de comissão de permanência, após a inadimplência, sendo permitida, tão-somente, em consonância com o que dispõe os artigos 5º, parágrafo único, e 58 do Decreto-lei n.º 413/69, a elevação dos juros remuneratórios em 1% ao ano, correção monetária e multa contratual.Agravo Regimental improvido.(AgRg no Ag 1118790/MG, STJ, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, jul. em 28/04/2009, DJe 13/05/2009, sem grifos no original).


Por conseguinte, deverá prevalecer à limitação da taxa de juros remuneratórios ao patamar de 12% (doze por cento) ao ano, razão pela qual entendo ter agido acertadamente o magistrado de primeiro grau neste ponto.

Ante tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** à apelação do Banco do Brasil S/A, mantendo-se todos os termos da sentença vergastada; ao tempo que, em razão de acolher a preliminar de deserção argüida, **DEIXO DE CONHECER** da apelação interposta por Rinaldo Meira Lins e Therezinha Ribeiro de Meira Lins.

É como voto.

Recife, 16 de 11

de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor

197



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

245
L
206

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

A Turma está em harmonia negando provimento ao apelo do Banco do Brasil.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA PENHORA PARA SEGURANÇA DO JUÍZO. POR MAIORIA DE VOTOS FOI ACOLHIDA A PRELIMINAR DE DESERÇÃO INTERPOSTA POR RINALDO MEIRA LINS E THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS. MÉRITO: POR UNANIMIDADE FOI NEGADO PROVIMENTO A APELAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E NÃO CONHECIDO O RECURSO DE RINALDO MEIRA LINS E THEREZINHA RIBEIRO DE MEIRA LINS, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

JK

JK